

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Lucas Justiniano Bermejo

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara - SP - Brasil.
Doutorando em Educação Escolar. Docente e Coordenador na Faculdade Anhanguera de Bauru.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9346-7774>.

E-mail: lucasjbermejo@hotmail.com

Sebastião de Souza Lemes

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara - SP - Brasil.
Professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.
Coordenador do Programa de pós-graduação em Educação Escolar.
Editor.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0750-9294>.

E-mail: ss.lemes@gmail.com

José Anderson Santos cruz

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara - SP - Brasil.
Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar.
Bolsista CAPES/DS. Editor Adjunto e Executivo. Assessoria Técnica para periódicos da Educação.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5223-8078>.

E-mail: andersoncruz.unesp@gmail.com

Alexander Vinicius Leite da Silva

Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO), Bauru - SP - Brasil. Discente do curso de Letras Português-Inglês. Assistente Editorial de Periódicos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4672-8799>.

E-mail: alexandervinicius.s@gmail.com

Resumo

O artigo emerge da reflexão feita a partir de estudos de textos em políticas educacionais que colocam em cenário o modelo brasileiro de educação, as políticas públicas que o fundamenta em conflito com o interesse capital, que a propósito, aliado a instituições estrangeiras como Banco Mundial e FMI, por meio de ajuda financeira, atrelam em nossas raízes um pouco do propósito capital, de maneira a atender as necessidades do mercado e difusão de algumas ideologias. A educação adota modelos baseados na eficiência, no cumprimento de metas, que se adapta a lógica do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Política educacional. Banco mundial.

Abstract

The article emerges from the reflection made out from studies of texts in educational policies that put the Brazilian model of education in the scenario, the public policies that underlie it in conflict with the capital interest, which by the way, allied to foreign institutions such as the World Bank and IMF, through financial aid, tie in our roots a little of the capital purpose, in order to meet the needs of the market and diffusion of some ideologies. Education adopts models based on efficiency, on the achievement of goals, which adapts itself to the logic of capitalism.

KEYWORDS: Education. Educational policy. World bank.

Introdução

Política deriva da palavra grega “politikó”, que expressa uma condição de participação da pessoa sobre os caminhos de uma determinada organização social, a palavra pública tem origem latina e significa povo. Em suma, política pública sugere a participação do povo em decisões que traçam o rumo de uma sociedade. Essa questão é necessária para se fazer governança e manter a governabilidade.

Políticas públicas são um conjunto de ações por parte do governo que refletem ou influenciam na vida da população de uma determinada sociedade.

Azevedo (2003) afirma que “política pública é tudo o que um governo faz e o reflexo dele fica definido na vida social. Com efeito, a população não é responsável pela produção de políticas públicas, no entanto é a sociedade civil quem faz política.

Políticas educacionais são medidas implementadas pela ação governamental na esfera da educação que intervém nos processos de formação e desenvolvimento de uma sociedade.

Para Van Zanten (2008), as políticas educacionais podem ser definidas como programas de ação governamental, informadas por valores e ideias que se dirigem aos públicos escolares e que são implementadas pela administração e os profissionais da educação.

As políticas públicas, pela perspectiva do Estado, se norteiam por um interesse universal, mesmo que focalizadas a determinados públicos. Sobretudo, tais políticas se originam de disputas entre grupos que tentam legitimar seus próprios interesses.

A política educacional observa as relações de força e tenta norteá-las ao processo educativo e às disputas que ocorrem dentro do Estado para alcançar o controle da prática institucionalizada.

Este estudo apresenta um delineamento de caráter bibliográfico centrado em artigos obtidos pelas bases Scielo e Google acadêmico utilizando as palavras-chaves Educação, Política educacional e Banco mundial.

Fundamentação Teórica

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A enorme desigualdade na distribuição de renda e discrepantes carências no sistema educacional estão intimamente relacionados, torna-se difícil elevar a renda do cidadão sem níveis de escolaridade tanto quanto escolarizar um indivíduo que vive no estado de miséria. Segundo Dourado (2011), vivemos uma balança entre duas concepções de educação, uma que defende uma educação pública com direito social e outra de uma educação privada, mercantil.

Um dos motivos desse impasse pode estar associado ao fato da construção de determinadas políticas educacionais não estarem costuradas a políticas sociais.

Para uma sociedade emancipada, cujo intuito é a prosperidade econômica e social, o acesso à educação não pode ser opção, tem que se tornar ampla e de fácil acesso, até mesmo para consolidação da cidadania.

Ainda no século dezenove, quando a cidadania exibia seus passos mais sólidos pelo mundo, o Brasil se mostrava um país com raízes na escravatura e dificuldades em estender o ensino básico para toda sua população. Do ponto de vista político, a demora pela emancipação da liberdade está associada a um modo de dominação sobre as classes menos favorecidas.

Por isso, pensamentos de expansão do ensino superior só fariam sentido caso houvesse iniciativa de explorar alternativas para ampliar o ensino do segundo grau e este, conseqüentemente da expansão do primeiro grau.

Frente ao estímulo para o ensino superior de natureza pública, havia o benefício das camadas da sociedade mais abastadas, no entanto, o desenvolvimento tecnológico e a industrialização requeriam pessoas capacitadas e aptas para desempenhar papéis dentro do processo operacional.

Em 1834, municípios se tornaram responsáveis pela educação do ensino primário, uma medida que daria mais autonomia as sociedades locais, no entanto, ainda à sombra de uma sociedade escravocrata, pareceu ser uma ideia para descumprimento da obrigação do poder público para com a população.

Estados assumiram a tarefa de expandir a educação, e ainda em 1920, 65% da população ainda eram de analfabetos. Estando definido, estados em cooperação de municípios, se responsabilizaram pela educação do ensino fundamental. A educação do ensino médio claramente era de responsabilidade estadual e a União ficava cargo do ensino superior.

A União, no entanto, era incapaz de atender as necessidades frente a demanda do ensino universitário, isso permitiu o crescimento rápido das Universidades privadas, que hoje, dominam o setor.

O ministério da educação apresenta dois instrumentos para cumprimento de suas funções, o orçamento e sua competência normativa. Os recursos federais estão todos concentrados no MEC, sua principal fonte vem dos 18% da receita líquida de impostos, de acordo com regra constitucional.

O cenário é um pouco pior, com a responsabilidade de gerir o ensino superior, não sobra recursos para atender outros níveis da educação. O artigo 12 estabelece que a União nunca aplicará menos que 18% da receita dos impostos para manutenção da educação, portanto para atender o artigo 60, o governo precisaria reduzir drasticamente o que gasta com o ensino superior ou aumentar a verba do Ministério da educação.

Redução de gastos se torna inviável, visto que 90% dos recursos já estão comprometidos com a folha de pagamento de pessoal da educação superior,

como essa camada goza de estabilidade, não podem ser atingidos com corte de custos. Aumento dos recursos seria uma opção mas teria de ser feito desviando recursos de outros setores e isso acarretaria um problema maior ainda, uma vez que a educação conta com certo privilégio ante outros setores.

Quanto ao analfabetismo, a solução era difundir o ensino básico por todo o território nacional, o problema se concentra na região nordeste, onde não basta simplesmente construir escolas, mas também é preciso combater a pobreza e melhorar os seus efeitos através de auxílios como merenda escolar.

A pobreza da população em boa parte dos casos está associada a baixa participação política, ao fato de não conseguirem gerir recursos públicos, inclusive ao desinteresse pelos gestores em uma resolução dos problemas. Nesse exemplo percebemos que a falta de escolas não é o principal motivo do problema, mas sim a falta de organização do sistema de ensino por parte dos órgãos públicos competentes, que muitas vezes se mostram incapazes de oferecer uma gestão humana eficiente no processo e acabam reproduzindo erros de gestões anteriores.

Alguns desses erros fizeram o ministério da educação a negociar um financiamento pelo Banco mundial a fim de melhorar o desempenho dessa gestão como um todo, treinamento de coordenações, professores, melhorias de instalações, material educacional e gerenciamento do sistema.

Muitos recursos dos Estados do Nordeste não alcançam seu destino final por conta de excesso de burocracia, de funcionários administrativos, de professores alocados fora da sala de aula, incorporados em outras funções públicas e por fim, a ineficácia de alguns processos administrativos. Toda essa tentativa de sanar problemas de gestão, somados a contratação de pessoas leigas para ocuparem cargos que exigem expertise, excesso de professores alocados fora de sala quando faltam professores atuando, levam a baixos salários à quem está na sala de aula e impedem a melhoria do nível de professores.

Algumas prioridades ficam claras com esse acordo, redução da repetência, principalmente em séries iniciais, universalização da escolarização básica, ampliação do acesso ao segundo grau além de melhorar a qualidade do ensino.

A escola moderna é construída a partir desse ensejo, a criação de uma instituição que estimule a formação reflexiva e criativa, mas ao mesmo tempo, um modelo reprodutivista (OLIVEIRA, 2007).

Tais situações se contradizem, mas perpetuam em nosso modelo e com a revolução tecnológica, as necessidades foram se moldando ao modelo educacional.

Após a Reforma no Estado e na Educação em meados da década de 90, a educação passou a ser estratégia para regulação social, para erradicar a pobreza e seguir rumo ao desenvolvimento (LEHER, 1998). O banco mundial na década de 60 assumiu uma posição na política, passou a agir por uma lógica, articulava cooperação por meio de sugestões das políticas em prol do setor social a serem aceitas pelos países credores (ANTUNES de SÁ, 2004).

O Banco Mundial (1996) acreditava que a Educação Básica poderia construir um cenário diferente e oferecer desenvolvimento por meio de educação de qualidade. A priori, o Banco defende o foco do Estado na Educação básica primária, orientando a privatização dos demais níveis de ensino, como é o caso do Ensino Superior.

De maneira mais relevante, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, reformas educacionais foram realizadas pelo governo e influenciadas de maneira significativa pelos resultados e projeções do Banco Mundial. Houve de alguma forma, um arranjo onde o Banco mundial e o Ministério da Educação do Brasil (MEC) compartilharam nessa respectiva ordem, em épocas diferentes, responsáveis como diretores ou consultores das agências que compunham o Grupo Banco Mundial e outras agências multilaterais, como o caso de Paulo Renato Souza (ministro da Educação durante os dois mandatos de Fernando

Henrique Cardoso), Guiomar Nano de Mello (membro do Conselho Nacional de Educação a partir de 1997 até o fim do mandato de FHC) e Cláudia Costin (ex-ministra da Administração), entre outros (AZEVEDO; LARA, 2011).

Nesse contexto, a educação pode passar a ser coordenada pela força do capital, onde abriga em seu seio o intuito de fornecer formação a mão de obra para as demandas do mercado de trabalho como relata Oliveira:

A educação é apresentada como um aspecto importante a ser conquistado pelos trabalhadores, pois lhes permite acesso a informações que possibilitem maior inserção no mundo e controle do mesmo. No entanto, o capital assimila as demandas apresentadas pelos trabalhadores e as devolve com novos conteúdos (OLIVEIRA, 2010, p. 117).

Ainda de acordo com Oliveira (2000) o Banco Mundial acreditava que a Educação Básica agregaria valor a estratégia e poderia contribuir para a redução da pobreza, caso reduzisse o analfabetismo e taxas de natalidade, mantinha a posição de que educar mulheres e inseri-las no mercado de trabalho seria importante para o processo.

Dentre as propostas do Banco mundial a países que se submetem a colaboração do órgão, consolidar a educação básica, descentralizar a gestão e centralizar as avaliações dos sistemas escolares eram as principais bandeiras levantadas (ALTMANN, 2002). A resposta veio através da criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) pela Lei n. 9424/96, no entanto, a mesma foi revogada por meio da Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, que criou o FUNDEB, abrangendo toda a educação básica.

A descentralização da gestão se apresentou na forma de responsabilizar as escolas pelos seus rendimentos e redução de gastos enquanto a centralização dos

sistemas de avaliação criou o Sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame nacional do ensino médio (ENEM) e o Exame nacional de cursos (ENC).

O Banco Mundial foi criado na década de 40 com a finalidade de oferecer a baixo custo, um auxílio a países atingidos pela guerra e frente a essa situação, os Estados Unidos buscaram novas formas de domínio, não através de guerras, mas na forma de propagar suas ideologias. De acordo com Charlot (2013), o capitalismo se modifica a medida que encontra resistência, e essas ações acarretam maior opressão, principalmente para quem estava desprovido de capital.

Agências internacionais como o Banco Mundial (Bird), supracitado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Fundo de desenvolvimento Interamericano (FDI), ao longo de anos, financiam projetos na área de educação, pulverizando políticas neoliberais em diversos ambientes, inclusive, ambientes escolares. O intuito de equilibrar as condições sociais sempre vem anexados aos propósitos dessas Instituições, no entanto muitas vezes deixam claro o viés mercantil de todo o processo.

Considerações Finais

Por muito tempo o Brasil teve um sistema educacional para poucos, após o Manifesto dos pioneiros em 1932, a educação pública entra em pauta das políticas públicas com a finalidade de estender a toda a população o conhecimento mínimo para exercício da cidadania e consolidação do Estado-nação. Por muitos anos, a resistência à educação, a desistência, as altas taxas de reprovação e o difícil acesso as escolas, foram fatores que limitavam a expansão do conhecimento.

No entanto a partir do momento que o país começa a se desenvolver, a crescer economicamente, a necessidade de mão de obra torna-se fundamental

para atender as demandas do mercado e para isso, requeria mão-de-obra capacitada e também de cidadãos que tivessem o mínimo de capacidade reflexiva para que consolidassem o Estado, surgia nesse momento, a necessidade de disseminar um padrão de conhecimentos básicos que pudesse resolver essa demanda, surgia ai a necessidade da escola.

Com o tempo surgiram os primeiros problemas e com o auxílio dos fomentos externos de instituições como Bird e FMI, fomos delineando nosso modelo educacional, com provas centralizadas, descentralização do poder e melhoria da infraestrutura. No entanto essa ajuda influenciou o modelo da educação brasileira com normas e regras que, em conjunto com erros de gestões anteriores, tornaram a qualidade da educação aquém do esperado, o que infelizmente coloca o Brasil em um patamar muito inferior quando comparado a demais países e isso desqualifica o sistema.

Para tal, a influência de agências externas não é imposta, são aprovadas pelo Congresso e isso significa que escolhemos estar nessa situação, o que sinaliza uma forte tendência de adequação para atender as necessidades do mercado, uma ferramenta usada pelo Banco mundial como mecanismo para aquisição de um novo padrão de acúmulo do capital.

Referências

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022002000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 set. 2019.

ANTUNES DE SÁ, R. Reflexões sobre o Estado e as políticas públicas. **Dialogia**, São Paulo, v. 3, p. 55-64, out. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=dialogia&page=article&op=view&path%5B%5D=854>. Acesso em: 01 set. 2019.

AZEVEDO, Mário; LARA, Ângela (Org.). **Políticas para a Educação: análises e apontamentos**. Maringá: EDUEM, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**. Washington: World Bank, 1996.

CHARLOT, Bernard. Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. In: CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. São Paulo Cortez, 2013. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

DOURADO, Luís Fernando (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiás: Editora UFG, 2011

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, maio/ago. 1993. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141993000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 Set 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200004>.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza**. 1998. 267f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Adão F. de. Percalços da escola e desafios da educação. In: OLIVEIRA, Adão F. De; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (orgs.). **Educação na alternância: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

OLIVERIRA, Dalila. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. A centralidade na educação básica**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.